FINANCIAMENTO PRIVADO PARA ALCANÇAR AS METAS DO PLANO ABC+

O financiamento privado voltado ao Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura para o ciclo de 2021 a 2030 (Plano ABC+) será importante para que o Brasil possa aprimorar as suas contribuições para a segurança alimentar, fomentando resiliência na agricultura.

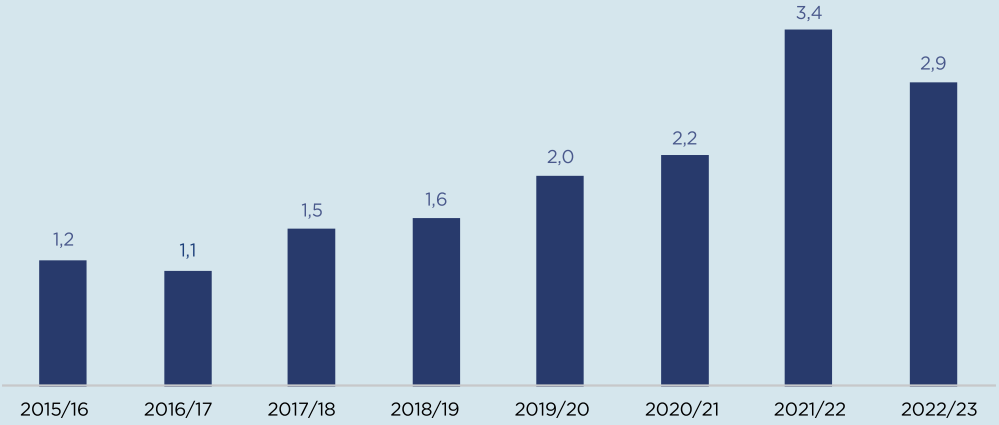
AS TECNOLOGIAS inovadoras são cada vez mais importantes nas cadeias produtivas da agropecuária para integrar os processos de produção dos insumos, industrialização, distribuição e comercialização.

As práticas, os produtos e os processos de produção sustentáveis do Programa ABC+ reduzem as emissões de gases do efeito estufa (GEE) e propiciam a adaptação dos sistemas produtivos. Esses passos importantes geram conhecimentos e soluções para o setor agropecuário evoluir.

A primeira fase da política de agropecuária de baixo carbono começou em 2010, com o Plano ABC, que tinha no Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC) o seu braço financeiro vinculado à política agrícola.

Atualizado em 2021, o Plano ABC denomina-se, agora, Plano ABC+ e integra novos sistemas e processos de produção sustentáveis, tendo a Abordagem Integrada de Paisagem (AIP) como base. O ABC+ visa incentivar a adoção das tecnologias e das práticas em 72,68 milhões de hectares, podendo reduzir a emissão de até 1 bilhão de toneladas de CO_2 equivalente até 2030. O financiamento das tecnologias será feito pelo Programa ABC+, pelo Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro), pelo Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro) e pelos

RECURSOS CONTRATADOS NO PROGRAMA ABC
(R$ BILHÕES)



Fonte: MAPA



Fundos Constitucionais, que também financiam algumas das tecnologias do Plano ABC+, o que está diretamente vinculado ao Plano Agrícola e Pecuário (PAP).

No entanto, impulsionar o financiamento do ABC+ exige o envolvimento do setor privado, o que abre diversas oportunidades para fomentar a agropecuária de baixo carbono. O Programa de Acesso a Crédito e Financiamentos e o Programa de Cooperação Estratégica do ABC+ abrem a possibilidade de trazer o setor privado – inclusive, o mercado financeiro – como um ator fundamental para fortalecer a política, tendo, nesse caso, o financiamento privado para as tecnologias e as práticas de baixo carbono como base.

O *webinar* "Financiamento privado para alcançar as metas do Plano ABC+", realizado pela Agroicone, teve o objetivo de explorar como o setor privado pode ser indutor das tecnologias do Plano ABC+.

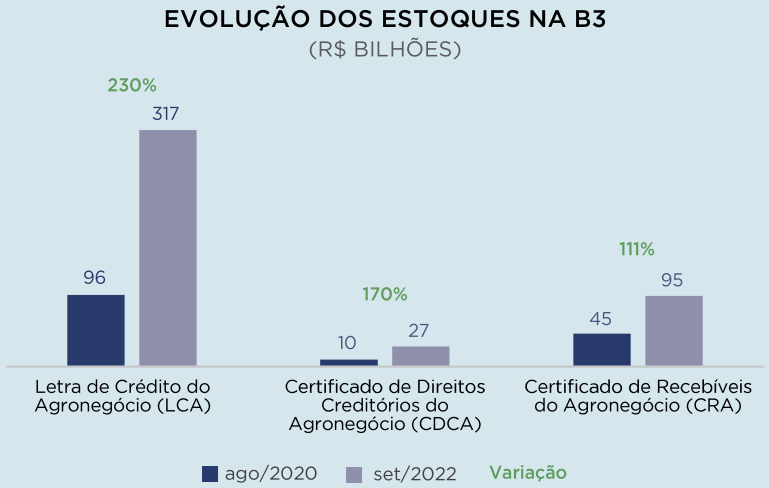
Participaram desse *webinar* os palestrantes José Angelo Mazzillo Júnior, secretário da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária (SPA/MAPA), Leonardo Gava Mataram, *senior Brazil agriculture transition manager* da Climate Bonds Initiative (CBI), e Eduardo Bastos, CEO da MyCarbon, tendo como mediadora Leila Harfuch, sócia-gerente da Agroicone.

SEGURANÇA ALIMENTAR GLOBAL

A população mundial segue em crescimento e chegou, em novembro último, a 8,0 bilhões de habitantes, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2050, essa população chegará a 9,7 bilhões. A questão emergencial fica, portanto, em garantir a segurança alimentar global. Esse desafio terá de ser enfrentado com sustentabilidade, baseando-se na ciência e na tecnologia.

A tecnologia da agricultura tropical permitiu transformar solos improdutivos em altamente produtivos, o que favoreceu ganhos de produtividade e reduziu a demanda por novas áreas (efeito conhecido como "poupa-terra"). Os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação abrem perspectivas promissoras para o futuro. Assim, o Brasil ocupa, hoje, uma posição consolidada entre os países líderes mundiais da produção das principais espécies agrícolas cultivadas.

Enquanto as dotações do PAP da safra 2022/23 somam R$ 340,9 bilhões, estima-se que o capital para girar a produção agropecuária nacional é de R$ 800,0 bilhões. O volume das



Fonte: B3

transações não cabe no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). A complementação desse orçamento depende de recursos privados de agricultores, *tradings* e fornecedores de insumos e, também, empréstimos a juros livres.

Com registro em entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BCB), as chamadas Novas Leis do Agro aperfeiçoaram a Cédula de Produto Rural (CPR), dando mais transparência e informação ao mercado. O leque de emissões das CPRs ampliou-se, podendo elas ser emitidas no financiamento de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, além da industrialização de produtos agropecuários.

A necessidade de atrair investimentos, incluindo recursos internacionais, foi sublinhada por Mazzillo Júnior, com destaque para os resultados alcançados pela CPR. "A CPR registrada saltou de um volume de R$ 17 bilhões, em agosto de 2020, para R$ 178 bilhões, dois anos depois, agosto de 2022 – um aumento de quase 1.000%", afirmou.

Na sua avaliação, o mercado financeiro procura formas de financiar o agro. "O mercado de capitais responde se nós criamos as vias; o dinheiro sai do poupador e chega à atividade", disse ele.

O volume de CPR aumentará em 2023 quando em comparação a 2022, porque as operações obrigadas a serem registradas passarão de R$ 250 mil para R$ 50 mil.

Os benefícios proporcionados por essa legislação são diversos. Além de ela ser menos onerosa e mais rápida, a liberdade e a transparência de contratação trouxeram mais segurança jurídica. Tudo isso lançou as bases para carrear um mercado de capital privado tempestivo, seja doméstico ou externo, com garantias compatíveis para o setor. Já o desempenho dos títulos do agronegócio também foi satisfatório, seja na Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) ou no Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), quando se compara setembro de 2022 a agosto de 2020.

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS NO AGRO: COMO CAPITALIZAR ESSA OPORTUNIDADE?

Não é preciso – em especial para os leitores desta publicação – enfatizar a importância da agricultura brasileira seja para a saúde econômica doméstica, seja para a segurança alimentar global. A sua eficiência nas últimas décadas mostra a capacidade de produzir grandes volumes de alimentos, fibras e energia. Em comparação às outras potências agrícolas, o setor mitiga uma parte considerável do impacto ambiental relacionado às suas operações.

No mundo, o debate sobre transformar os sistemas alimentares envolve a questão de como produzir de forma resiliente e permitindo que se reduza emissões de GEE. A agropecuária é essencial para contribuir com as metas do Acordo de Paris, de 2015, especialmente considerando os potenciais impactos que o aquecimento global pode trazer para a segurança alimentar.

O aumento da temperatura e dos períodos de seca e as mudanças nos padrões de precipitação, de incidência de pragas e de alagamentos são impactos oriundos do aquecimento global que causam prejuízos enormes para a produção de alimentos e, de forma mais ampla, a segurança alimentar.

O não combate ao aquecimento global terá como efeito direto o surgimento de limitantes ambientais ao bom desempenho das culturas agrícolas. Há uma pressão crescente dos

mercados consumidores por produtos que atendam padrões mais rigorosos de desempenho ambiental, incluindo ações que tenham impactos positivos quanto ao enfrentamento do aquecimento global.

Então, onde as finanças sustentáveis encaixam-se em tudo isso? O setor pode acessar instrumentos financeiros rotulados, como os títulos verdes, visando financiar ativos, projetos e atividades que o auxiliem a atingir as suas metas de sustentabilidade. Já temos exemplos dos títulos emitidos por empresas do setor, tais como o CRA da Rizoma Agro, da Solinftec e da Produzindo Certo.

Dado o potencial existente, o volume de títulos rotulados para financiar o agronegócio brasileiro poderia ser mais significativo, pois se estima ao redor de US$ 163,3 bilhões em oportunidades de investimento verde no setor.

DAR ESCALA PARA FINANCIAR A TRANSIÇÃO DE BAIXO CARBONO DA AGROINDÚSTRIA

Uma das organizações com foco em financiamentos orientados para uma economia de baixo carbono é a CBI, que tem como objetivo mobilizar capital para a ação climática fomentando o mercado de finanças sustentáveis rotuladas. A experiência da CBI foi trazida por Leonardo Gava Mataram, que destacou a importância dos critérios para a emissão de títulos, a certificação e o financiamento de transição na agricultura.

A CBI criou a primeira taxonomia/programa de certificação para guiar o mercado sobre quais projetos e ativos se enquadram como verdes. Em 2020, a empresa publicou os Critérios para Agricultura, com requisitos para atividades agrícolas a ser certificadas e receber o rótulo 'verde', atraindo investidores e gerando benefícios monetários ao produtor rural tomador da dívida.

Recentemente, iniciou o desenvolvimento de critérios para definir a transição do setor visando atingir as metas do Acordo de Paris, ampliando a possibilidade de emissões rotuladas no agro (títulos de transição e *sustainability-linked bonds* – SLBs). Mais informações estão disponíveis no seguinte link: https://www.climatebonds.net/transition-finance/agri-food-transitions.

Segundo Mataram, o intuito é dar escala para o financiamento da transição na agroindústria, considerando que o Brasil possui uma das agriculturas mais sustentáveis do mundo e que precisa de dinheiro para promover o maior acesso à transição para todos os produtores rurais. "Nesse sentindo, o Plano ABC+ está muito alinhado à nossa proposta, principalmente no que diz respeito à mitigação e à resiliência, que são pontos para os quais nós chamamos muito a atenção na CBI", afirmou.

POTENCIAL DO BRASIL NA GERAÇÃO DE CRÉDITOS DE CARBONO

Criada com o objetivo de desenvolver e comercializar créditos de carbono de qualidade, a MyCarbon segue padrões internacionais, criando oportunidades financeiras para a preservação da natureza, acelerando a ação climática e promovendo baixa emissão de carbono. As suas frentes de atuação envolvem a originação de créditos com soluções baseadas em natureza (NBS, na sigla em inglês), operações de *trading* com compra e venda de créditos no mercado voluntário e agregação de valor nas cadeias (carne, couro, biodiesel).

As metas para o Plano ABC+ explicam os esforços concentrados nos 180 milhões hectares de pastagens no Brasil, dos quais um terço apresenta algum estado de degradação. A recuperação dessas áreas pode gerar 120 milhões de toneladas em créditos, sem incluir a adoção de estratégias de sistemas integrados, como a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF).

As boas práticas de manejo de uso do solo são fomentadas dentro do Programa Renove, da Minerva Foods, para engajar os pecuaristas no mercado de carbono com possibilidades para acessar a assistência técnica e gestão (ATeG), as finanças verdes e a formação de parcerias. Essas ferramentas ajudam o produtor a contribuir para uma atividade de menor impacto.

A recuperação de pastagens aumenta a densidade de matéria orgânica e a retenção de água e nutrientes no solo. O resultado leva a ganho de produtividade, redução de risco e aumento na taxa de retorno. Há uma lógica de rentabilidade

e sustentabilidade, com conexão de demanda para crédito e implementação de uma agenda de investimento.

Na 27ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 27/ UNFCCC, nas siglas em inglês), no Egito, em novembro último, ficou clara a demanda de crédito de carbono bem acima da oferta. Cabe, então, educar o comprador sobre os benefícios gerados além da mitigação climática, como as seguranças alimentar e energética, que poucos países possuem condições favoráveis para oferecer como o Brasil.

Com o tempo de negociação em torno de um ano, o Brasil atingiu uma colocação relevante no mercado de crédito de carbono da América do Sul. Eduardo Bastos, CEO da MyCarbon, apresentou como exemplos entregas da empresa que mostram o apoio à pecuária de baixa emissão de carbono junto aos fornecedores e a transição com desempenho mais sustentável aos clientes.

Com pouco menos de um ano de atividade, a MyCarbon reúne resultados representativos, tendo realizado a primeira exportação de carne carbono zero do mundo, a partir do Uruguai e do Brasil, além de ser responsável pela comercialização de 20% dos créditos de carbono negociados no leilão inaugural do mercado voluntário da Arábia Saudita. Até o momento, a empresa registrou um aumento médio de 40% na produção de carne por hectare nas propriedades em que houve intervenções.

Diante do espaço fiscal restrito no orçamento do governo federal, os recursos públicos devem ficar cada vez mais escassos e focados em agricultura familiar. Nessa situação, fica ainda mais relevante a participação do setor privado no financiamento da transição para uma economia de baixo carbono.

O Brasil tem capacidade de deter 20% da geração dos créditos globais. Mas os elos da cadeia precisam estar comprometidos com uma produção mais sustentável, desde a adoção de investimentos a taxas mais favoráveis até o desenvolvimento de tecnologias para facilitar a rastreabilidade e trazer mais controles e garantias.

OPORTUNIDADES PARA EXPANDIR O PLANO ABC+ VIA SETOR PRIVADO

A mediadora do *webinar*, Leila Harfuch, chamou a atenção para o recente desenvolvimento de um ecossistema de finanças sustentáveis. Até o momento, o Plano Safra tem sido a principal fonte de recursos para a adoção do que se convencionou chamar de Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis (SPSABC), que incluem o Programa ABC+, o Pronaf ABC+ e outras linhas de financiamento para a transição tecnológica.

Todavia, nos últimos anos, observa-se que o setor privado tem criado mais oportunidades para o financiamento da agropecuária de baixa emissão de carbono. Entre essas oportunidades, estão exemplos como a CPR Verde, títulos de dívida já consagrados em novas versões "verdes", incluindo opções em CRA, LCA e debêntures, além do sucesso dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) e da CPR Reserva Legal+.

Harfuch enfatizou que os desafios globais para enfrentar a mudança do clima exigirão investimentos financeiros vultosos e que, por isso, o financiamento privado será muito importante. "A transição global para uma economia de baixo carbono deve exigir investimentos de pelo menos US$ 4 trilhões a US$ 6 trilhões por ano, e isso demandará uma transformação do sistema financeiro e das suas estruturas e processos, envolvendo governos, Bancos Centrais, bancos comerciais, investidores institucionais e outros agentes financeiros", observou.

Embora o Brasil seja um dos maiores exportadores do agronegócio, será necessário aumentar a eficiência na produção, pois, nos próximos anos, a demanda aumentará junto do crescimento da população. Por isso, a necessidade de atrair investimentos, incluindo recursos internacionais.

Considerando as contribuições convergentes dos palestrantes, o que se conclui é que a agenda de carbono está alinhada com a produtividade no campo. As tecnologias e as práticas de baixa emissão de carbono na agropecuária são aquelas que promovem maiores produtividade e lucratividade ao produtor rural.

Os resultados mostram que o Brasil pode ser, além de um grande provedor de alimentos para o mundo, um provedor de crédito de carbono, com a garantia de seguranças climática e energética. "Poucos países podem fazer isso hoje, e nós já estamos fazendo", arrematou Bastos. ■

O *webinar* "Agroanalysis e Agroicone - Financiamento privado para alcançar as metas do Plano ABC+" está disponível no canal do YouTube da Agroicone: www.youtube.com/agroicone